

SABERES INDISPENSÁVEIS PARA A ATUAÇÃO DOS EDUCADORES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Autores: Marisa Dal Ongaro*

Gerson Jonas Schirmer**

Resumo: O ser educador do campo na contemporaneidade é assumir a responsabilidade de estar sempre em processo de construção e reconstrução de si e dos educandos a partir da complexidade da realidade de cada comunidade. Nesse sentido tenta-se fazer uma reflexão sobre o território do camponês e da educação do campo, compreendendo o papel da ideologia na construção das contradições existentes na escola. Destaca-se a contradição como uma barreira/entrase na contextualização dos conteúdos e consequentemente na aprendizagem do educando. Defende-se que o papel do educador do campo seja discutir as contradições na tentativa de descobrir, em conjunto com os educandos, um sentido tornando o ensino mais significativo.

Palavras-chave: Educação do campo. Contextualização. Território. Agudo-RS.

1. Introdução

Percebe-se que a reflexão é parte integrante do cotidiano do educador, pois somente é possível compreender a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem através da reflexão das experiências vivenciadas com os educandos. Assim o educador reflete e (re)vivencia sua aula para compreender o que deu certo e o que precisa ser revisto. Sobre a reflexão como parte integrante no cotidiano do educador, tem-se a contribuição de Cirne-Lima:

Refletir é o movimento do mesmo que sai de si, para, voltando a si mesmo, reencontrar-se consigo mesmo. Refletir é o reencontro com o mesmo na mesmice de sua alteridade.(...) fizemos um processo de reflexão de flectir-se sobre si mesmo. Isto é circularidade (CIRNE-LIMA, p.45, 1993).

A reflexão é um processo de voltar para traz, ela é autoconstrutiva, pois, ao reviver e reavaliar esse reviver, pode-se aprender com os erros e acertos vividos. Nesse sentido, se há uma aprendizagem, há também um condicionamento para frente, uma vez que nos orienta. Compreender esse processo não é apenas papel de educando e educador, mas todos os cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Para Freire (1987), a educação contemporânea não visa mais a formar alunos que tenham apenas a capacidade de decorar e memorizar conteúdos, como seres à parte

*Mestre no programa de pós-graduação em geografia pela UFSM. E-mail: marisa.curso@hotmail.com

**Professor doutor da UFSM. E-mail: geogersonjs@gmail.com

tenham capacidade de atuar positivamente na sociedade, pensando e agindo de maneira crítica. Dessa forma, estudar a partir do contexto em que o educando vive é imprescindível para que haja contextualização e, conseqüentemente, a aprendizagem.

Apesar disso, é fundamental assumir que as contradições existentes na escola e fortalecidas pelas ideologias dificultam o processo de construção do conhecimento, elas abrem uma fenda que desenvolve uma separação entre dois mundos, um da realidade do educando e outro construído na escola durante a escolarização. Como uma forma de resistir a essas ideologias tem-se a educação do campo que pretende comprometer-se com o processo de transformação do sujeito do campo. Assim, entende-se, que a troca de experiências entre os saberes cotidianos dos educandos e o saber do educador é imprescindível para compreender o espaço.

2. Desenvolvimento

As alterações ambientais decorrentes da relação histórica “sociedade-natureza” têm gerado intensas discussões em todos os segmentos da sociedade. Apesar disso, percebe-se que a cultura urbana permanece como o modelo a ser vivido e aceito, no modo de falar, no modo de se vestir, no modo de consumir. Com isso, ocorre um significativo aumento de ideologias e supervalorização do urbano pela escola do campo e as pessoas que ali vivem. Além disso, há uma perda de valores e conhecimentos culturais locais, como por exemplo, traços linguísticos que identificam determinadas comunidades, conhecimentos de antepassados em relação à maneira de lidar com a natureza harmonicamente, formando-se sujeitos completamente afastados de seu próprio cotidiano.

A escola do campo se diferencia da escola urbana e essa diferença é positiva, pois demonstra a cultura de um povo que vive com práticas e costumes que os caracteriza. Uma escola inserida nesta realidade não pode oferecer um ensino urbanizado contrapondo tudo que é vivenciado no seu cotidiano, enfraquecendo a identidade e aprofundando desigualdades. Sendo assim, a educação precisa estar ligada a sua territorialidade a fim de valorizar o que este território possui e que o diferencia dos demais. De acordo com a LDB 9.394/96, devem existir:

Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB 9.394/96).

Para que se possa entender efetivamente a importância desse saber, é necessário que se compreenda o passado desse povo, entendendo, assim, o que os constitui, tornando-se possível, então, compreender o presente e agir de maneira crítica para melhorar o futuro. Logo, esses saberes não são relevantes apenas aos educandos, mas a toda a comunidade, uma vez que se passa a conhecer melhor a história e as dificuldades que foram enfrentadas para sobreviver no campo.

Diante das contradições que se apresentam na prática, deve-se dialogar com os agricultores para construir, juntos, um saber e não impor um saber que pertence apenas à realidade dos professores. É necessário que toda a comunidade pense possibilidades e trabalhe com o agricultor para a superação dos problemas enfrentados. Ainda, segundo Callai,

Estas contradições, disfunções e tensões existem na sociedade mais próxima, na família, na escola, no município devem ser tratadas, isto é, conhecidas e analisadas para que o aluno se perceba como um indivíduo que faz parte daqueles grupos e que poderia ter voz ativa, ser participante nas decisões. E, acima de tudo, para perceber que o seu território e o de seu município são construídos pelo movimentos dos homens e que envolvem interesses que podem ser localizados, reconhecidos e entendidos no processo dinâmico da vida cotidiana (CALLAI, 1999, p.88).

Atualmente, as propriedades do município de Agudo têm passado por um processo de diversificação, incentivado pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), EMATER (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), Secretaria da Agricultura e pelas próprias fumageiras, na busca de uma melhor qualidade de vida. Apesar disso, é inegável a grande ambição que são incentivados pelos meios de comunicação, pelas fumageiras¹ e pelo capitalismo. Porém, assim, nem sempre se preocupa em produzir de uma forma sustentável. Produzir é aumentar a quantidade sem muita preocupação com a qualidade ou sustentabilidade.

Nesse discurso, não se têm produzido mudanças, devido, entre outros aspectos, à fragmentação do conhecimento, pois esses assuntos não são debatidos na comunidade, na formação dos profissionais e no currículo escolar. Pressupõe-se que o educador possui pouco tempo para pensar sobre a realidade na qual se encontra e nos processos de alienação ideologizantes ao qual é subordinado. Ainda, a formação inicial desse educador normalmente esteve relacionada à educação bancária, portanto terá dificuldade

¹ Questionamos sobre o interesse que as fumageiras têm no sentido de incentivarem tais práticas nos agricultores, mas não iremos nos aprofundar nessa análise nesse momento.

em pesquisá-la e articulá-la aos conteúdos que são de direito das comunidades camponesas.

Assim, em busca de uma maior compreensão sobre a realidade camponesa, entende-se que é necessário um aprofundamento teórico sobre território e a relação deste com campo. Compreende-se que se deve partir da ideia de território usado, que, segundo Milton Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2007, p.14).

Dessa forma, compreende-se que o território do camponês é construído no decorrer do tempo, é construído, principalmente, internamente no sujeito que o detém, pois é como que se, involuntariamente, esse sujeito passasse a adquirir o sentimento de prazer em estar no território e, por meio disso, ele passa a se perceber como integrante desse território. A partir disso, o desligamento da terra, do chão e do território torna-se difícil, penoso e, em alguns casos, inaceitável. Ainda, a partir disso, percebe-se uma aproximação entre a categoria território com o lugar, que é outra categoria da Geografia.

No que se refere à educação no campo, esta serviu por muito tempo como instrumento político econômico mantenedor do homem do campo como um indivíduo submisso ao capitalismo. De acordo com Moura (2009, p. 54), “a educação no meio rural, sempre esteve atrelada ao sistema de produção capitalista, que tinha no latifúndio as suas bases. O agricultor para trabalhar a terra não necessitava saber ler”, no entanto, para ser mão de obra barata na cidades, principalmente nas indústrias, precisava, pelo menos, ser alfabetizado.

Assim, historicamente, tiveram-se tentativas de retirar as crianças do território onde elas cresceram, a fim de que essas possam ‘complementar seu ensino’ e enquadrar-se em um modelo imposto pelo capitalismo, para atender as demandas deste sistema. Além disso, com o intuito de priorizar a atenção e o interesse apenas ao que está sendo ‘transmitido’ pelo professor, deixa-se de lado o que se encontra fora das paredes da

escola. Há, com isso, uma destruição² dos saberes da localidade, das formas de cuidar e proteger a si, a terra, as plantas e, conseqüentemente, o território em detrimento dos saberes reconhecidamente científicos. A compreensão da territorialidade onde os educandos vivem e onde ocorrem as suas mútuas trocas com a sociedade, poderá auxiliá-los a entenderem o que ocorre nesse território. Nesse sentido,

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Para tanto, o território passa a gerar no camponês o sentimento de pertença, passa a ser um espaço onde fica impressa a vida dele, de tal forma, que a hipótese de abandoná-lo significa abandonar parte de sua vida. Com o passar do tempo, tem-se uma modificação tanto do camponês (com o trabalho para adaptação do território as suas necessidades) quanto do território, que passa a aderir a características que são inerentes aos camponeses.

2.1 O viver no campo e a relação do camponês com seu território

A contextualização dos conteúdos facilita o processo de ensino-aprendizagem dos educandos, fazendo com que eles valorizem o território onde residem e tenham a oportunidade de escolher se realmente querem continuar no campo, cientes das suas obrigações, afazeres e forma de viver, impostos por esse território em troca de alimentação e sustento ou se desejam buscar outras formas de viver que não sejam necessariamente no campo (continuando os estudos em busca de outra formação). Porém, com conhecimentos que possibilitem realizar esta escolha consciente e não apenas motivados a uma imposição da escola urbanizada, como sendo o melhor e modelo, a única possibilidade visível. Contudo, atualmente, isso normalmente não acontece, porque a perspectiva ideológica está arraigada a nossa forma de relacionamento, nossa metodologia e ao que a maioria das pessoas acreditam, pois são poucas as pessoas que efetivamente conseguem viver no campo com qualidade de vida.

² Essa destruição refere-se ao fato de que, quando não se revive, quando não são retomados esses saberes, eles provavelmente se tornam esquecidos, relegados a um segundo plano. Nesse processo, os saberes acumulados pelas gerações de agricultores capazes de manter a sua sobrevivência estão sendo perdidos.

É o território onde se vive que oportuniza as bases concretas para encaminhar a compreensão das relações sociais, do acesso ao espaço para viver e das condições para tanto, pois “o território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (CLAVAL, 1999, p. 16).

Ainda, estudar o território é conhecer a realidade em que o educando vive, quais os processos que são desencadeados e como se materializa a vida do conjunto da sociedade e no espaço concreto que se vislumbra. Partindo desses pressupostos, deve-se destacar que o território onde a escola se situa, também pode influenciar no processo de ensino-aprendizagem, pois a escola é uma instituição que, por vezes, pode promover conflitos de ideologia e interesses em relação à comunidade na qual está inserida. Isso porque a escola é uma representação do estado, pode-se considerá-la como uma instituição no território dos agricultores. Ela possui pessoas (professores) que, muitas vezes, não se interessam pelo campo, não fazem parte da organização social daquela comunidade e, portanto, não se comprometem com a permanência no campo. É formada por profissionais que não refletem sobre as ‘intencionalidades’ dos conhecimentos que tentam ‘difundir’.

Em consequência disso, tem-se um embate de poder entre a escola, para permanecer com o mesmo sistema de ensino (sem valorizar a realidade do educando), e o agricultor, que (nessa região de estudo) deseja ser reconhecido e ser visto enquanto sujeito que também constrói saberes. Isso pode ser percebido nas falas dos agricultores e, também, durante uma das principais festas do município (a Volksfest), mais especificamente no desfile de homenagem ao colono e motorista, como mostra a figura abaixo.



Figura 1: Desfile do colono e motorista ocorrido em 25 de julho de 2012
Fonte: Jornal Deutsche Integration

Dessa forma, estudar o contexto em que o educando vive é imprescindível para que possa ser encontrada a articulação entre os saberes do agricultor e os conteúdos da escola, para que aquele educando possa viver de forma digna (com qualidade) tanto no campo quanto na cidade.

Nesse contexto, o Estado se aproveita das divergências existentes no processo de ensino-aprendizagem, entre outros mecanismos, para manter seu poder sobre o território. Para isso, cria instrumentos como a inserção de ensino homogeneizador e manipula os educadores a fim de que os próprios educadores afastem o conhecimento prévio do educando e a sua vida cotidiana da sala de aula. Ainda, sobre a ideologia, segundo Japiassú:

A ideologia é assim um fenômeno da superestrutura, uma forma de pensamento crítico, que, por não revelar as causas reais de certos valores, concepções e práticas que são materiais (ou seja, econômicas), contribui para sua aceitação e reprodução, representando um “mundo invertido” e servindo aos interesses da classe dominante que aparece como se fosse interesse da sociedade como um todo (JAPIASSÚ, p.136, 1934).

Tenta-se demonstrar a ligação da ideologia com o poder e consequentemente com o território, considerando que este poder possui um limite, uma área de aplicação. Compreende-se que o conhecimento é uma forma de resistir a esta ideologia, mas cabe aqui distinguir conhecimento de informação:

A informação é um dado exterior ao sujeito, pode ser armazenada, estocada, inclusive em um banco de dados; está “sob a primazia da objetividade”. O conhecimento é o resultado de uma experiência pessoal ligada a uma atividade de um sujeito provido de qualidades afetivo-cognitivas; como tal, é intransmissível, está “sob a primazia da subjetividade”(CHARLOT, 2000 p.61).

Esta distinção se faz necessária, pois acredita-se que a informação apenas é recebida sem que a objetividade e a subjetividade sejam envolvidas no processo e já o conhecimento precisa ser assimilado/adaptado/apropriado aos demais saberes, aos demais contextos e necessidades que forem demandadas. A escola, assim como outras instituições, cumpre, na maioria das vezes, somente uma função, proporcionando mais informações que conhecimento, consequentemente, essa instituição vem ao encontro de interesses e manutenção do “status quo”.

Assim, defende-se que o ambiente da escola do campo é um território onde se deve conhecer, problematizar, criticar e valorizar os conhecimentos próprios do rural,

além dos conteúdos de uma formação que integra a qualificação social e profissional. Nesse sentido, Caldart destaca que:

O aprendizado da paciência de semear e colher no tempo certo, o exercício da persistência diante dos entraves das intempéries e dos que se julgam senhores do tempo. Mas não fará isso apenas com discurso; terá que se desafiar e envolver os educandos e as educadoras em atividades diretamente ligadas à terra (CALDART, 2001, p. 35).

Nessa ótica, cabe o questionamento, será que os professores possuem uma formação que prepare para atuar como educadores do campo? Acredita-se que é necessária, urgentemente, uma formação inicial e continuada que contribua com o conhecimento sobre o campo, sendo o ideal que essa formação seja oferecida pela própria comunidade onde a escola está inserida.

3. Considerações finais

As contradições não são explicitadas no dia a dia, porque a gestão escolar como um todo não se dá conta delas, por estar submetida ao sistema (conteúdos, dias letivos, horários, responsabilidades em relação ao aluno, patrimônio, cronograma a ser seguido, salário, carga horária a ser cumprida) e não encontram uma nova territorialidade para que possam refletir sobre quem são, o que querem, o que precisam para estar na escola, para que a escola serve.

É imprescindível uma educação contextualizada e também ativa, em que se tem o reconhecimento de que qualquer espaço pode ser educativo. Em uma abordagem mais ampla e a partir do entendimento de que é direito e dever da família e do Estado uma educação de qualidade, defende-se a existência de espaços significativos de aprendizagem. Por outro lado, dando ênfase à Educação do Campo, considera-se a contextualização como forma de respeito e de valorização à comunidade em que a escola encontra-se inserida, através dela há a possibilidades de tornar o ensino significativo.

4. Referências:

BOLIGIAN, L; ALMEIDA, R. D. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. **In: Ambientes: estudos de geografia. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi.** Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF, 2010.

CALDART, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. In: BENJAMIN, C.; CALDART, R. S.; Projeto Popular e Escolas do Campo. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, 2ª Edição: setembro 2001.

CALLAI, H. C. A Geografia no Ensino Médio. In: **Terra Livre - As Transformações do Mundo da Educação - Geografia, Ensino e Responsabilidade Social**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, (14): p. 56-89, jan./jul. 1999.

CIRNE-LIMA, C. R. V. **Sobre a Contradição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. In: Revista Geografia. Ano 1 – nº2, 1999.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**; trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DEUTSCHE INTEGRATION, JORNAL. **Desfile Colono e Motorista**. Disponível em: <http://jornalagudo.blogspot.com.br/2012/07/confira-algumas-imagens-do-desfile-em.html> - Acessado em 21/11/2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. Ed. rer. e ampliada.- Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 1996.

MOURA, E. A. **Lugar, saber social e educação no campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira** – Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In SANTOS, M; BECKER, B. K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos (et al.) – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.3.ed.